

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIASIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIASIS

Ata da 3ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 06/12/2024 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
APTA Regional/URPD - Piracicaba	Cláudia Mira Attanasio (T)
APTA/SAA	Adriana Sacioto Marcantonio (T)
ASSEMAE	Adriana Roberta Candido (S)
	Marisa Emilio Kawaichi (S)
	Thais Regina Vicente (S)
CATI	Henrique Bellinaso (T)
CIESP - Bragança Paulista	Michele Consolmagno (T)
Cooperativas de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
CODEN	Caroline Mayara Pessoa (T)
Consórcio Pirai	Francisco Antonio Moschini (T)
DAAE Rio Claro	Gabriela Marino Silva (S)
DAE Jundiá	Maria Carolina Hertel Dutra e Simões (T)
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Felipe Augusto Gasparotto (S)
DAEV S.A	Pedro Ferreira Steola (S)
Elo Ambiental	Rosângela A. Martins Nogueira Grigolletto (T)
Fund. José Pedro de Oliveira	Cristiano Krepsky (T)
INEVAT	Francisco Antonio Moschini (T)
	Claudia Grabher (S)
IPEL	Willian Barroso (S)
IPT	Luiz Roberto Magossi (S)
Jaguatibaia	Luiza Ishikawa Ferreira (T)
P.M de Campinas	Juliano Braga (T)
	Gabriel Dias Mangolini Neves (S)
P.M. de Charqueada	Paola Mandetta Tokumoto (T)
P.M. de Cordeiropolis	Stephanie F. Rocha (T)
P.M de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
P.M. de Indaiatuba	Dandara N. Ramos (S)
P.M. de Itatiba	Lucas Marino Vivot (S)
P.M. de Limeira	Matheus Luís Docema (T)
	Lieger Rodrigo Cassamasso (S)
P.M. de Paulínia	Nara Cristina Chiarini Pena Barbosa (T)
P.M. de Piracicaba	Felipe Dias Pacheco Vieira (T)
P.M. de São Pedro	Paula Gonçalves da Fonseca e Sousa (T)
P.M. de Torrinha	Guilherme Dalfito Ramos (T)
PUC Campinas	Regina Márcia Longo (T)
SAA	Henrique Bellinaso (T)
SABESP	Saulo de Assis Maia (S)

SAEAN	Maria Augusta Padueli (S)
SANASA	Adriana Roberta Candido (T)
	Marisa Emiko Kawaichi (S)
	Thais Regina Vicente (S)
SANEBAVI	Mara Letelian Leite Reis (T)
SEMIL/CFB	Jeanne Marie Garcia Le Bourlegat (T)
TNC	Henrique Bracale (T)
UNICAMP	André Luís Sotero Salustiano Martim (T)

Membros ausentes	
Entidades	
AAMHOR	
Associação Ambiental Plantar	
Associação Ambientalista Copaíba	
Cia. De Saneamento de Jundiá	
Diretoria de Ensino de Bragança	
Embrapa	
ESALQ/USP	
Fundação Florestal	
IZ/APTA	
P.M. de Campo Limpo Paulista	
P.M de Hortolândia	
P.M. de Itupeva	
P.M. de Jaguariúna	
P.M. de Jarinu	
P.M. de Louveira	
P.M de Salto	
P.M. de Várzea Paulista	
P.M. de Vinhedo	
SIMBIOSE	

Demais Presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Bruna Petrin
	Camila Souza
	Daniel Ramos
	Fabio Coca
	Felipe Requena
	Leonardo Baumgratz
	Luclecia Soares
	Nathalia Corá
	Priscila Ávila Silva
	Rosa Cardoso
	Tainá Moura
	Vanessa Longato
	Tractebel
Kelly Antunes	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 3ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 06/12/2024 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

	Marcelo Oliveira
UNESP	Beatriz Leonardo da Silva
	Francielli Maria Vieira de Carvalho

(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante

Aos seis dias do mês de dezembro de 2024, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma do *Google Meet*, a 3ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 29 de novembro de 2024. **2. Abertura da 3ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais) dos Comitês PCJ:** A abertura da reunião foi realizada pela Sra. Vanessa Cristina Bortolazzo Longato, coordenadora da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos (CASGRH) da Agência das Bacias PCJ informando que o Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi, representante do Instituto de Zootecnia da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (IZ/APTA) e coordenador da CT-Mananciais, e o Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Rio Claro (AAMHOR) e coordenador-adjunto da CT-Mananciais, não puderam comparecer na reunião por compromissos que surgiram de urgência, no âmbito profissional. Assim, neste caso, o Regimento Geral das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, aprovado pela [Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21, de 30/03/2021](#) estabelece no parágrafo único do artigo 18, que na “ausência dos membros da coordenação à reunião, o plenário da CT indicará um membro que será o coordenador *ad hoc* da reunião”. Diante disso, a Sra. Vanessa indicou o Sr. Cristiano Krepsky, representante da Fundação José Pedro de Oliveira e coordenador do Grupo de Trabalho de Rede de Áreas Protegidas (GT-Áreas Protegidas) para coordenar a reunião. A proposta foi colocada em votação sendo por todos os presentes. O Sr. Cristiano agradeceu a confiança dos membros e informou a existência de quórum para o início da reunião. Após a abertura, o Sr. Cristiano apresentou os itens de pauta, e explicou a necessidade de atualização da pauta, em relação aos itens enviados na convocação, para contemplar o acréscimo de item para aprovação de novos membros. A nova pauta foi submetida aos membros, sendo aprovada por unanimidade. Com essa

alteração a pauta foi conduzida da seguinte forma: 1. Abertura; 2. Informes; 3. Aprovação da minuta da Ata da 2ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais, realizada em 23/10/2024, em Várzea Paulista/SP; 4. Aprovação de novo membro; 5. Apresentação do processo formativo realizado com os Municípios das Bacias PCJ para elaboração dos Planos Municipais de Mata Atlântica e Cerrado; 6. Apresentação da experiência do Município de São Pedro na Elaboração e aprovação do Plano Municipal da Mata Atlântica; 7. Apresentação do projeto RECONNECTA e do Plano do Verde de Campinas; 8. Outros assuntos; 9. Encerramento. **3. Informes:** Na sequência, o Sr. Cristiano passou para os informes. **3.1. da Coordenação:** a) O Sr. Cristiano informou que por recomendação do Secretário-executivo, todas as Câmaras Técnicas precisam repassar aos membros o andamento das atividades da Categoria B “Temas para discussão”, previstas no Plano de Trabalho para o biênio 2024-2025 atribuído à CT-RN, constante do Anexo I da Deliberação dos Comitês PCJ nº 471/24, de 05/04/2024, passando a ser acompanhado e executado pela CT-Mananciais ([pág. 36-42](#)). Ressaltou que a CT-Mananciais possui 10 temas, e na próxima reunião será informado o status de cada tema. **3.2. dos membros:** O Sr. Cristiano questionou os membros sobre os informes e não houve manifestações. **3.3. da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** O Sr. Cristiano passou a palavra para a Sra. Tainá Lima de Moura, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ) para os informes, sendo: **a) Alteração de representantes:** informou que entre a última reunião da CT-Mananciais e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alterações de representantes das seguintes entidades: i. Departamento de Água e Esgoto de Valinhos (DAEV): inclusão do Sr. Pedro Ferreira Steola como representante suplente, e a remoção da Sra. Camila Augusto Euphrosino; ii. Prefeitura Municipal de Salto (P.M de Salto): inclusão da Sra. Alice Takako Hirose como representante suplente; **b) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento às metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIASIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIASIS

Ata da 3ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 06/12/2024 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2024. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SigRH), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o portal ([link](#)) de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporado a plataforma da Escola Virtual de Governo (EV.G). Orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o e-mail da Secretaria Executiva; **c) Próximas reuniões dos Comitês PCJ:** informou sobre a próxima reunião no âmbito dos Plenários dos Comitês PCJ, a qual a participação não é obrigatória para os que não forem membros, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvintes, sendo: 32ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), no dia 10/12/24, às 9h30, no Centro de eventos da Secretaria de Cultura, em Louveira/SP. Mais informações podem ser obtidas na [agenda](#) do *site* dos Comitês PCJ; **d) Próximas reuniões da CT-Mananciais:** A Sra. Tainá apresentou o calendário de reuniões da CT-Mananciais para o 1º semestre de 2025, destacando que a próxima reunião ocorrerá no dia 26/02/2025, às 09h30, em Jaguariúna/SP; **e) Custeio de despesas de viagem aos membros dos Comitês PCJ:** reiterou que a próxima reunião da CT-Mananciais será presencial, nesse sentido, os membros podem solicitar o custeio de despesas para participação das reuniões, conforme estabelecido pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 282/17 ([link](#)) e suas alterações. A concessão de diárias para participação em atividades dos Comitês PCJ destina-se ao pagamento de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana no local de destino. As diárias são disponibilizadas para: i. membros representantes de organizações civis (exceto empresas privadas); ii. Membro de entidade associativa representativa de usuários de recursos hídricos; iii. Coordenador e coordenador-adjunto das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ; iv. pessoa física sem vínculo ou representação nos Comitês PCJ convidada a palestrar. É necessário que a solicitação ocorra no prazo de até 5 (cinco) dias antes da reunião, com anexo de documentos

que justificam a necessidade da viagem, tais como convocação e pauta da reunião. Para reuniões plenárias, o prazo para solicitação de diária é de até 8 (oito) dias antes da reunião. Após o retorno da viagem é necessário a prestação de contas em até 10 (dez) dias, sendo anexados os comprovantes de comparecimento (cartões de embarque, passagens terrestres, registros fotográficos, certificado de participação, crachá, entre outros). As diárias não serão concedidas se: i. as despesas forem realizadas no município de residência do solicitante; ii. o membro estiver com entrega do relatório de viagem pendente; iii. em caso de membros da coordenação: não estar em dia com a entrega de listas de presenças e atas aprovadas de reuniões ordinárias e extraordinárias; iv. membro que estiver com pendências com cursos financiados pela Agência PCJ; v. membro que tenha reembolso de outras fontes de recursos. Solicitações e informações devem ser remetidas ao setor de Custeio da Agência das Bacias PCJ: custeio@agencia.baciaspcj.org.br ou (19) 3437-2100 (opção 2). As deliberações com as regras específicas para solicitação do custeio, bem como os modelos de documentos para envio, estão disponíveis no site dos Comitês PCJ, neste [link](#). **4. Aprovação da minuta da Ata da 2ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais, realizada em 23/10/2024, em Várzea Paulista/SP:** Na sequência, o Sr. Cristiano informou que foi enviado aos membros, por mensagem eletrônica junto da convocação, dentro do prazo regimental, a minuta da ata da 2ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais realizada em 23/10/24, em Várzea Paulista/SP. Na sequência, questionou se haveria a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos, abriu espaço para manifestações quanto ao conteúdo da minuta. Não havendo, submeteu aos membros para aprovação, sendo aprovada por unanimidade. **5. Aprovação de novo membro:** Em conformidade com o Regimento Geral das Câmaras Técnicas, aprovado pela [Deliberação dos Comitês PCJ no 362/21 de 30/03/2021](#), entidades podem se tornar membros das Câmaras Técnicas a qualquer momento, desde que sua entrada seja analisada e aprovada pelos membros da CT, caso a solicitação ocorra fora do período de renovação. Em seguida, a Sra. Tainá informou que a SE/PCJ recebeu um ofício de indicação da seguinte entidade: i. Instituto de Geociências e Ciências exatas (UNESP/IGCE): ofício recebido em 03/12/2024, indicando a Sra. Vania Silvia Rosolen para



CT-MANANCIASIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIASIS

Ata da 3ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 06/12/2024 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

representante titular, e as Sras. Beatriz Leonardo da Silva e Francielli Maria Vieira Carvalho como representante suplente. Assim, o Sr. Cristiano submeteu aos membros a inclusão da entidade para aprovação, sendo aprovada por unanimidade. **6. Apresentação do processo formativo realizado com os Municípios das Bacias PCJ para elaboração dos Planos Municipais de Mata Atlântica e Cerrado:** O Sr. Cristiano convidou a equipe da empresa Tractebel para falar sobre o processo formativo realizado com os municípios para a elaboração dos Planos Municipais de Conservação da Mata Atlântica (PMMA) e do Cerrado. Em seguida, o Sr. Marcelo Oliveira, representante da Tractebel fez uma breve apresentação sobre a empresa, destacando que se trata de uma multinacional de engenharia e consultoria que desenvolve soluções integradas para projetos sustentáveis nas áreas de energia, infraestrutura e meio ambiente. Apresentou o histórico e as justificativas para a contratação, destacando as etapas iniciais que antecederam o processo, como as discussões nos grupos de trabalho e na CT. Foram realizadas pesquisas sobre a situação dos municípios quanto à existência dos PMMA (jul/2022), solicitação de materiais aos municípios (que serviram como subsídio para o diagnóstico e nivelamento dos mesmos), além das etapas de licitação/contratação e inscrições de representantes municipais. Em seguida, detalhou o processo de contratação em que foi previsto uma capacitação para possibilitar a construção participativa dos Planos Municipais de Mata Atlântica (PMMAs) e Cerrado pelos municípios, e a elaboração desses planos de forma integrada aos Planos de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRFs) municipais e outras políticas públicas. Esse processo visa promover a troca de experiências entre os municípios e contribuir para a melhoria do planejamento municipal. Na sequência, a Sra. Kelly Antunes, representante da Tractebel, fez uma contextualização sobre a Mata Atlântica e explicou os objetivos e as aplicações dos PMMAs e Cerrado. Em seguida, passou a palavra para a Sra. Catarina Buseli Doro, representante da Tractebel, para detalhar o processo de capacitação dos municípios. A Sra. Catarina apresentou os seguintes itens: i. localização das bacias PCJ; ii. inscrições; iii. biomas – Cerrado e Mata Atlântica; iv. definição dos locais; v. etapas dos módulos; vi. cargas horárias; vii. cronograma de atividades; viii. consultoria individual. Em relação aos

resultados parciais, informou que dos 57 (cinquenta e sete) municípios inscritos na capacitação, houve uma taxa de desistência de 36,84% (trinta e seis por cento e oitenta e quatro décimos) de um total de 21 (vinte e um) municípios. Considerando os 36 (trinta e seis) municípios ativos, 23 (vinte e três) apresentaram taxa de participação superior a 80% (oitenta por cento), 26 (vinte e seis) enviaram a minuta para recebimento do certificado e 24 (vinte e quatro) participaram da consultoria individual. Quanto à presença nas etapas realizadas, a Sra. Catarina apresentou o número de participação por módulos. No último módulo, foi realizada uma dinâmica por meio de uma nuvem de palavras, onde cada município deveria descrever, com uma palavra, sua maior dificuldade no processo de elaboração do PMMA/Cerrado. Observou-se que as dificuldades mais comuns entre os municípios estavam relacionadas ao tempo, à falta de recursos e à escassez de profissionais. Após a apresentação, o Sr. Cristiano agradeceu a equipe pelo excelente trabalho e pela apresentação, e abriu espaço para dúvidas dos membros. Em complemento, a Sra. Bruna Petrini, da equipe da Assessoria Ambiental da Agência PCJ informou que o contrato foi prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, com o objetivo de garantir 300 (trezentas) horas de consultoria e proporcionar mais tempo para que os municípios pudessem revisar as minutas e discutir com a Tractebel. Assim, o período de consultoria foi estendido até o dia 13 de dezembro. Após esse prazo, o próximo passo no processo será a entrega de um guia de elaboração do PMMA/Cerrado que servirá como suporte para que os municípios possam continuar o desenvolvimento de suas minutas após a conclusão do contrato. Não havendo mais manifestações, o Sr. Cristiano prosseguiu com os itens de pauta. **7. Apresentação da experiência do Município de São Pedro na Elaboração e aprovação do Plano Municipal da Mata Atlântica:** A Sra. Paula Gonçalves da Fonseca e Souza, representante da Prefeitura Municipal de São Pedro (P.M de São Pedro) informou que, em julho de 2024, o PMMA/Cerrado do município de São Pedro foi aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA) e pela Câmara Municipal de Vereadores. Em seguida, apresentou os conteúdos do Plano e destacou que o município foi contemplado com o Projeto Corredor Caipira, voltado para a restauração de algumas áreas. Inicialmente, em parceria com o



CT-MANANCIASIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIASIS

Ata da 3ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 06/12/2024 - 9h00

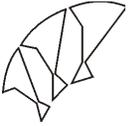
Reunião por videoconferência - Google Meet

COMDEMA e a Coordenadoria de Meio Ambiente, foi elaborado o Plano Emergencial de Restauração Florestal, que evoluiu para um Plano Emergencial de Restauração Ecológica de Áreas de Proteção Hídrica (PEREAPH), e, por fim, se transformou em um PMMAC. Informou que foi realizada a contratação de uma consultoria municipal para dar suporte ao processo. A Sra. Paula ressaltou que a participação da população foi bastante ativa na elaboração do Plano, com a realização de diagnósticos e questionamentos sobre áreas prioritárias, escassez de água, áreas de florestamento, entre outros. Além disso, foram realizados bate-papos com produtores rurais para envolver a comunidade. Destacou a importância da participação do poder legislativo, mencionando a colaboração dos vereadores durante o processo. Como diagnóstico, informou que o município de São Pedro abrange dois biomas (Cerrado e Mata Atlântica) e possui três unidades de conservação. Em seguida, apresentou: i. um mapa demonstrando as Bacias Hidrográficas do município, acompanhado de um gráfico com a porcentagem de biomas em cada uma delas; ii. um mapa da suscetibilidade a processos erosivos, evidenciando que aproximadamente 61% (sessenta e um por cento) da área do município apresenta alta suscetibilidade à erosão; iii. dois gráficos do inventário florestal, mostrando os fragmentos remanescentes e as Áreas de Preservação Permanente (APPs); iv. as Áreas Prioritárias para restauração; v. uma análise da cobertura por vegetação natural entre os anos de 1985 e 2020. Após o diagnóstico, foram definidas as diretrizes para estabelecer metas e programas. Por fim, foi elaborada uma planilha com todas as metas a serem alcançadas, visando o acompanhamento e a coleta de *feedbacks*. Após a apresentação, o Sr. Cristiano agradeceu e seguiu com os itens de pauta. **8. Apresentação do projeto RECONNECTA e do Plano do Verde de Campinas:** O Sr. Juliano Braga, representante da P.M de Campinas, apresentou o Plano Municipal do Verde fornecendo informações gerais sobre a área do município e a quantidade de habitantes. Apresentou um histórico do planejamento ambiental da cidade, destacando os Planos Municipais entre os anos de 2013 e 2024. O Sr. Juliano detalhou que o Plano Municipal do Verde tem um horizonte de 10 (dez) anos de planejamento, com início em julho de 2014 e formalização em julho de 2016, por meio do Decreto Municipal nº 19.167/2016. Durante a apresentação, destacou o mapeamento das áreas verdes

realizadas em 2010, que forneceu um diagnóstico fundamental para o plano. Um mapa com o índice das áreas verdes com função social também foi apresentado para ilustrar a situação atual da cidade em relação a essas áreas. Devido a problemas técnicos, o Sr. Gabriel Dias Mangolini Neves, representante da P.M de Campinas prosseguiu com a apresentação, abordando o diagnóstico e prognóstico do plano. Apresentou mapas das áreas prioritárias para conservação, recuperação e corredores ecológicos, além de itens como o Eixo Articulador, a revisão dos Planos Ambientais, o Roteiro Metodológico, o Relatório Situacional e as Estratégias para a Sustentabilidade da Biodiversidade Natural (SBN), com objetivos, metas e indicadores. O Sr. Juliano informou que houve dificuldades no monitoramento das ações nos primeiros 5 anos do PMMA, principalmente em relação à implantação. Em seguida, comentou sobre o Programa RECONNECTA, da Região Metropolitana de Campinas (RMC), destacando a mudança no uso da terra como principal fator de perda de biodiversidade. Informou que foram realizadas oficinas de mobilização, reuniões com os *stakeholders*, e *workshops* de mapeamento de serviços ecossistêmicos, buscando inserir a área de conectividade no planejamento metropolitano. Ao contrário do Plano Verde, que focou na conectividade dentro do município de Campinas/SP, o RECONNECTA estabelece uma área de conectividade regional. Destacou a contratação de uma consultoria para a elaboração do Plano de Ação voltado à implementação dessa área. Em seguida, foram detalhadas as estratégias de implantação, abordando aspectos como articulação e comunicação, regulamentação, fiscalização, o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Campinas (RMC) e a infraestrutura natural, incluindo água e fauna silvestre. Explicou a consolidação dos Parques Lineares no Sistema de Áreas e Unidades de Conservação (SAV-UC) por meio do Plano Diretor, além da alteração do Decreto Municipal nº 19.226/2016, referente ao Parcelamento do Solo. Por fim, o Sr. Juliano destacou que atualmente existem 30 (trinta) projetos básicos, 9 (nove) projetos executivos aprovados e 3 (três) trechos de parques já implantados. Após a apresentação, o Sr. Cristiano agradeceu e fez uma consideração sobre a implantação do Parque Linear do Córrego Bandeirantes. Em seguida, solicitou à Secretaria Executiva que, após a reunião, enviasse a apresentação aos membros. **9. Outros assuntos:** O Sr. Cristiano

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 3ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 06/12/2024 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

questionou os membros sobre outros assuntos e não havendo solicitação deu prosseguimento na pauta. **10.**

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Cristiano Krepsky, coordenador *ad hoc* nesta reunião, em nome do Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi, coordenador da CT-Mananciais, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Cristiano Krepsky
Coordenador *ad hoc* da Reunião

João José Assumpção de Abreu Demarchi
Coordenador da CT-Mananciais

Miguel Madalena Milinski
Coordenador-adjunto da CT-Mananciais